

CONTABILIDADE AVANÇADA

01- A avaliação de valores mobiliários, não classificados como investimentos, estabelecida no artigo 183 da Lei 6.404/76, utiliza como base os critérios contábeis

- a) do denominador comum monetário.
- b) da convenção de consistência.
- c) do custo histórico e da materialidade.
- d) do custo ou mercado, dos dois o menor.
- e) da prudência e do custo de oportunidade.

02- Na ocorrência de eventos aleatórios, em empresas controladas, que tragam como consequência uma diminuição inesperada dos ativos da investida, tornando o valor total desse item patrimonial inferior ao somatório das obrigações para com terceiros, e identificando-se ainda a responsabilidade formal da controladora, na cobertura do passivo a descoberto de sua controlada. O procedimento contábil a ser efetuado pela controladora seria:

- a) creditar diretamente a conta de participação societária até o limite da equivalência patrimonial e evidenciar o montante que exceder ao valor contábil do investimento apenas nas notas explicativas do exercício em que ocorrer o evento.
- b) baixar para o resultado do exercício em que ocorrer o evento, como perda com investimento e controlar em contas de compensação o montante da eventual responsabilidade sobre o passivo a descoberto, só registrando efetivamente quando ocorrer alguma quitação da obrigação assumida.
- c) transferir para o grupo diferido o valor de equivalência patrimonial do investimento e amortizar para o resultado em até cinco exercícios subsequentes àquele em que ocorreu o evento, evidenciando o fato em notas explicativas.
- d) por não aceitar como dedutível para efeitos fiscais a provisão para perdas específicas para casos como este, a controladora deverá simplesmente baixar como perda total o investimento creditando a conta de participações societárias correspondente.
- e) provisionar as perdas com investimento até o limite do valor contábil do investimento, e o valor excedente a esse limite deverá ser registrado no passivo em conta específica, mesmo que para efeitos fiscais essa provisão seja indedutível.

03- No final de 2000, a Cia. Quartzo apura o resultado do exercício e provisiona 1.000.000 de reais como dividendos devidos a seus acionistas. A Cia. Cristal, que possui uma participação societária não relevante nessa empresa, ao registrar os dividendos a que tem direito, credita a conta:

- a) Reservas de Capital
- b) Receitas de Dividendos
- c) Participações Societárias
- d) Resultados de Exercícios Futuros
- e) Valores a Receber

Dados para a resolução das questões de número 04 e 05.

A Cia. XAVANTE, detentora de 60% do capital ordinário da Cia. CARIRI, ao final do exercício contábil de 1999, evidencia em seu Balanço Patrimonial o valor de 900.000 reais para este investimento societário.

Por ocasião do encerramento do exercício de 2000, a contabilidade da investida forneceu os valores a seguir para os itens:

Itens identificados na Contabilidade da Investida:

| | |
|---|------------------|
| Patrimônio Líquido Ajustado | R\$ 2.150.000,00 |
| Vendas de Estoques para a Investidora | R\$ 2.500.000,00 |
| Margem de Lucro das Vendas Inter-companhias | 20% |

04- Se ao final do exercício de 2000 restassem, na Cia. Xavante, R\$ 500.000,00 dos estoques adquiridos da Cia. Cariri e o valor contábil da participação societária registrada na mesma data fosse R\$ 900.000,00, de acordo com a Instrução CVM 247/96, o valor a ser registrado pela investidora como resultado de equivalência patrimonial seria uma:

- a) despesa de R\$ 390.000,00
- b) despesa de R\$ 330.000,00
- c) receita de R\$ 330.000,00
- d) despesa de R\$ 290.000,00
- e) receita de R\$ 290.000,00

05- Se o estoque adquirido pela investidora tivesse sido repassado integralmente a terceiros, o valor ao final dessa participação seria:

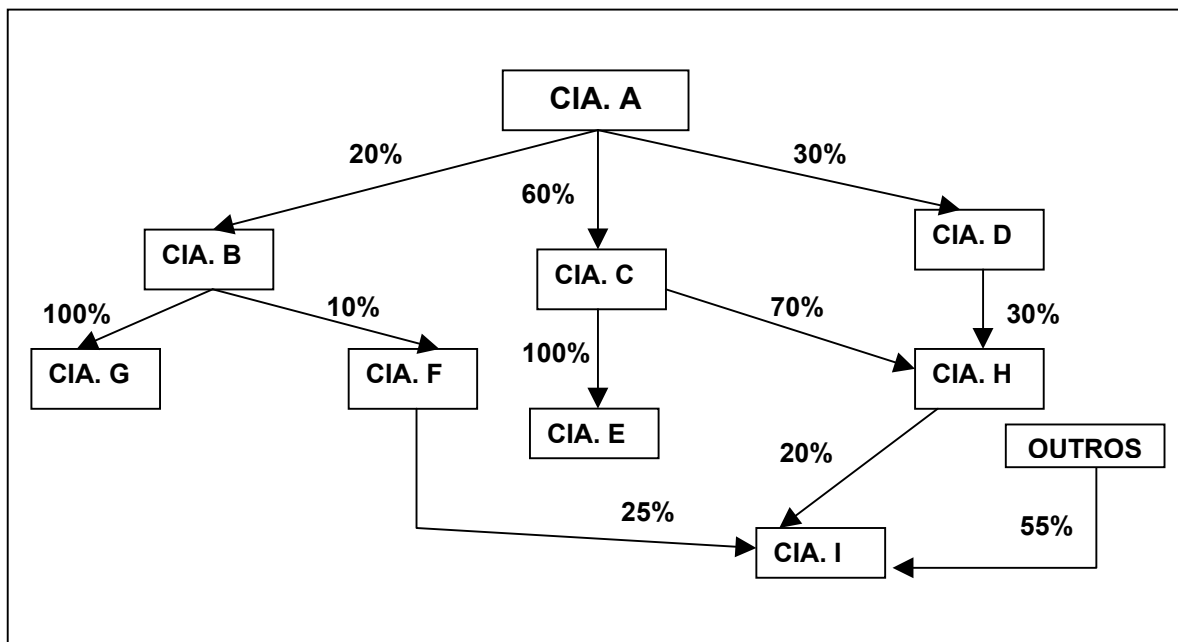
- a) R\$ 1.190.000,00
- b) R\$ 1.230.000,00
- c) R\$ 1.290.000,00
- d) R\$ 1.309.000,00
- e) R\$ 1.390.000,00

06- A empresa Juruá S/A, controladora do Grupo Solimões, evidencia, em um determinado período, os valores de 140 milhões como Participações Societárias e 250 milhões como total de Patrimônio Líquido. No mesmo período, essa empresa possui 5% do capital preferencial da Cia. Rio Negro, que é de 90.000.

Com base nas informações anteriores, identifique o procedimento contábil correto a ser aplicado nessas circunstâncias.

- a) os dividendos, quando pagos pela investida, devem ser registrados como receita.
- b) as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido da investida são simultaneamente reconhecidas na investidora.
- c) a empresa investida é reconhecida como equiparada à empresa Coligada no processo de Consolidação.
- d) na distribuição dos lucros da investida, os dividendos provisionados representam ingressos de Disponibilidades.
- e) na avaliação dessa participação societária, aplica-se a equivalência patrimonial.

A configuração gráfica do Conglomerado Alfabético é a seguinte:



Com base no gráfico fornecido, responda às questões de 07 a 09.

07- De acordo com a figura apresentada pode-se afirmar que

- a) a Cia. G é controlada indireta da Cia. B.
- b) as empresas “C” e “I” são controladas da Cia. A.
- c) a Cia. A participa indiretamente na Cia. I com 9%.
- d) a participação indireta da Cia. A na Cia. H é de 51%.
- e) a participação indireta da Cia. A nas empresas “F” e “H” é idêntica.

08- Sendo o percentual de participação da Cia. A na Cia B relativo ao capital total, pode-se afirmar que

- a) a Cia. B é equiparada a controlada de “A”.
- b) a Cia. B é coligada de “A”.
- c) a participação de “A” em “B” é relevante.
- d) a Cia. A é controladora de “B”.
- e) é irrelevante se “B” for dependente da tecnologia de “A”.

09- Sendo o percentual de participação da Cia. A na Cia. B relativo ao capital total, pode-se afirmar que

- a) a Cia. I é equiparada a controlada de “D”.
- b) a Cia. B participa indiretamente de “I” com 7%.
- c) a participação de “A” em “B” é relevante em “I”.
- d) a Cia. A participa indiretamente de “I” com 10,7%.
- e) a Cia. H participa indiretamente de “I” com 10,7%.

10- Assinale a opção que corresponde a um correto tratamento contábil relativo a investimentos no exterior.

- a) Os investimentos em controladas ou coligadas existentes no exterior devem obrigatoriamente fazer a consolidação de balanços independentemente da relevância do valor investido.
- b) O método da equivalência patrimonial deve ser adotado para avaliar participações societárias tanto em controladas como em coligadas, sempre que essas forem relevantes.
- c) Independentemente da relevância do investimento no exterior, deve ser utilizado o método de equivalência patrimonial mesmo quando se tratar de filiais ou agências no exterior.
- d) A avaliação de investimentos societários em empresas estrangeiras deverá ser feita pelo método do custo identificado pela taxa média de câmbio do mês em que o mesmo for efetivado.
- e) Na adoção de critérios contábeis divergentes daqueles utilizados pela investidora brasileira, os valores apurados no exterior devem ser apenas convertidos à taxa de câmbio média do período contábil de referência.

11- O registro contábil efetuado quando da aquisição de participações societárias relevantes com deságio, de acordo com a Instrução CVM 247/76, envolve:

- a) lançamentos em subcontas do grupo Permanente Investimentos.
- b) reconhecimento de receitas não-operacionais de lucros com investimentos.
- c) lançamento de crédito em ganhos com investimentos permanentes.
- d) registro em participação societária apenas pelo valor líquido pago.
- e) a apropriação em resultados de exercícios futuros do valor do deságio.

12- O prazo máximo para amortização do ágio ou deságio decorrente de expectativa de resultado futuro, conforme estabelecido por Instrução/CVM, é de:

- a) 3 anos
- b) 5 anos
- c) 7 anos
- d) 8 anos
- e) 10 anos

13- Um dos procedimentos de divulgação, relativos à reavaliação de ativos por companhia aberta, é

- a) publicar o evento e suas conseqüências patrimoniais em jornal de grande circulação nas localidades em que tiver maior volume de operações em bolsa de valores.
- b) evidenciar em notas explicativas o efeito no resultado do exercício, oriundo das depreciações, amortizações ou exaustões sobre a reavaliação, e baixas posteriores.
- c) convocar uma Assembléia Geral de acionistas para autorizar e aprovar o procedimento de reavaliação, apresentando o sumário das contas objeto da reavaliação com seus respectivos valores.
- d) enviar carta registrada a todos os acionistas minoritários, contendo o histórico da operação, data da reavaliação e o sumário das contas objeto da reavaliação com seus respectivos valores.
- e) proceder o envio de carta registrada aos acionistas, contendo o histórico da operação, data da reavaliação, o sumário das contas objeto da reavaliação e o tratamento quanto aos dividendos.

14- Em 1998 a Cia. Ágata procedeu à reavaliação de um item de seu imobilizado. Em dezembro de 2001, por ocasião do encerramento do balanço, decide pela descontinuidade e não reposição do bem em questão. O procedimento contábil aplicável a esse caso é

- a) fazer um lançamento de crédito na conta Lucros/Prejuízos Acumulados e debitar a conta de Reserva de Reavaliação.
- b) estornar parcialmente o valor correspondente a Reserva de Reavaliação como ajuste de exercícios anteriores.
- c) lançar a crédito em imobilizado e debitar a conta de Lucros/Prejuízos Acumulados por mudança de critério contábil.
- d) proceder o estorno das parcelas referentes à reavaliação e às respectivas provisões anteriormente efetuadas.
- e) efetuar um débito em Reservas de Reavaliação e, como contrapartida, um crédito na conta Ganhos/Perdas com Imobilizados.

- 15- Quando uma empresa controlada faz a reavaliação de seus ativos imobilizados, e a investidora avalia sua participação por equivalência patrimonial, o procedimento contábil da companhia controladora será
- reconhecer uma receita não-operacional proporcional ao novo valor do patrimônio líquido da investida.
 - registrar em Resultados de Exercícios Futuros o valor proporcional ao novo patrimônio líquido da investida.
 - ajustar o valor do investimento, creditando em Reserva de Reavaliação o valor proporcional a sua participação societária.
 - lançar a crédito de Lucros/Prejuízos Acumulados o valor proporcional ao aumento do patrimônio líquido da controlada.
 - fazer referência do fato em notas explicativas, reconhecendo o acréscimo patrimonial como resultado de exercício.
- 16- A Cia. Jade, controladora do conglomerado Rochas, efetua a reavaliação de seus imobilizados, registrando em seu patrimônio líquido a importância de dois milhões de reais. Do ponto de vista contábil, o patrimônio da Cia. Esmeralda, controlada dessa empresa
- não sofrerá nenhuma alteração ou registro contábil por este evento.
 - aumentará, pelo registro da Reserva de Reavaliação correspondente.
 - diminuirá, em razão da valorização correspondente ao da sua controladora.
 - sofrerá o acréscimo da conta Lucros/Prejuízos Acumulados.
 - acresce no valor correspondente ao percentual de participação.
- 17- Em processo de incorporação, pela controladora, de companhia controlada, a avaliação dos dois patrimônios envolvidos, sendo ambas companhias abertas, deve ser feita por
- perito nomeado pela incorporada.
 - três peritos nomeados pela Assembléia Geral.
 - empresa especializada em avaliação.
 - perito nomeado ou empresa especializada.
 - peritos nomeados pelo conselho de administração.
- 18- Uma operação realizada entre empresas que envolva a transferência de direitos de propriedade industrial de uma sociedade para a outra é caracterizada como um(a):
- participação recíproca.
 - consórcio de empresas.
 - parte relacionada.
 - oligopólio.
 - livre concorrência.
- 19- O saldo em aberto de operações de repasse de recursos efetuadas da controladora para as controladas e coligadas por ocasião da elaboração da consolidação dos balanços será:
- avaliado
 - realizado
 - incorporado
 - anulado
 - registrado
- 20- Companhias investidas nas quais não se verifica a possibilidade de modo permanente, de forma direta ou indireta, de um acionista isoladamente exercer os poderes de preponderância nas deliberações sociais ou ainda de eleger ou destituir a maioria dos administradores, são denominadas
- consórcio, sucursal ou subsidiária.
 - sucursais, filiais ou dependências no exterior.
 - sociedades equiparadas a controladoras.
 - empresa subsidiária integral.
 - sociedades controladas em conjunto.
- 21- No processo de consolidação, a participação societária dos acionistas não pertencentes ao grupo deve ser evidenciada como:
- Patrimônio Líquido
 - Ativo
 - Passivo
 - Receitas
 - Reservas

22- As demonstrações contábeis consolidadas, exigidas nos termos da Instrução CVM 247/96, são:

- a) Demonstração Consolidada dos Fluxos dos Caixas, Demonstração Consolidada das Mutações Patrimoniais, Demonstração Consolidada do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial Consolidado.
- b) Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração Consolidada do Resultado do Exercício e Demonstração Consolidada das Origens e Aplicações de Recursos.
- c) Demonstração Consolidada do Resultado do Exercício, Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração Consolidada dos Fluxos dos Caixas e os Fluxos dos Caixas de cada uma das empresas componentes do grupo.
- d) Demonstração Consolidada das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração Consolidada das Mutações Patrimoniais e Demonstração Consolidada do Resultado do Exercício.
- e) Demonstração Consolidada da conta Lucros/Prejuízos Acumulados, Balanço Patrimonial Consolidado e Demonstração Consolidada do Resultado do Exercício.

23- A operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar uma nova é denominada

- a) fusão
- b) incorporação
- c) cisão
- d) consórcio
- e) sucursal

24- As demonstrações financeiras de companhias abertas que servirem de base para operações de fusão, cisão e incorporação devem

- a) ter seus valores patrimoniais consolidados.
- b) ser auditadas por auditor registrado na CVM.
- c) ser assinadas por contador registrado na CVM.
- d) ter os dados apresentados confidencialmente aos interessados.
- e) divulgar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores.

25- A deliberação sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, compete privativamente

- a) à Assembléia Geral.
- b) ao conselho Fiscal.
- c) à presidência da sociedade.
- d) ao conselho de Administração.
- e) à diretoria da empresa.

Dadas as informações a seguir:

I - As Demonstrações Contábeis, de três períodos consecutivos, da CIA. MARACANÃ, registram nas contas abaixo, os seguintes saldos:

| SALDOS FINAIS | 1999 | 2000 | 2001 |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| Vendas | 15.000.000 | 25.000.000 | 32.000.000 |
| Custo das Mercadorias Vendidas | 8.500.000 | 14.500.000 | 18.000.000 |
| Despesa c/ Devedores Duvidosos | 10.000 | 12.000 | 15.000 |
| Clientes | 13.000.000 | 22.000.000 | 26.000.000 |
| Estoques | 30.000 | 65.000 | 70.000 |
| PDD | 10.000 | 12.000 | 15.000 |
| Reversão de PDD | --- | --- | 4.000 |
| Fornecedores | 1.450.000 | 2.600.000 | 3.900.000 |
| Despesas do Período | 3.000.000 | 4.500.000 | 5.000.000 |
| Contas a Pagar | 220.000 | 350.000 | 400.000 |
| Perdas com Clientes | --- | 8.000 | --- |

II - O Balanço Patrimonial de 1998 evidenciava como saldos finais das contas a seguir os valores:

| Estoques | Fornecedores | Clientes | PDD | Contas a Pagar |
|----------|--------------|-----------|-------|----------------|
| 100.000 | 1.070.000 | 3.000.000 | 3.000 | 150.000 |

III - A empresa utilizava Contas a Pagar somente para registrar despesas a prazo.

Com base unicamente nas informações fornecidas, responda às questões de 26 a 29.

26- O valor das compras efetuadas pela empresa em 2001 é:

- a) 18.005.000
- b) 17.935.000
- c) 16.705.000
- d) 14.535.000
- e) 13.385.000

27- O valor de ingresso no Fluxo de Caixa, nos três períodos, proveniente das Vendas é:

| | 1999 | 2000 | 2001 |
|----|------------|------------|------------|
| a) | 15.000.000 | 25.000.000 | 32.000.000 |
| b) | 13.000.000 | 22.002.000 | 31.998.000 |
| c) | 12.997.000 | 22.000.000 | 31.992.000 |
| d) | 9.007.000 | 21.992.000 | 27.988.000 |
| e) | 4.997.000 | 15.982.000 | 27.992.000 |

28- Se 10% das Despesas do ano de 2000 representarem valores ligados a itens provisionados, pode-se afirmar que o valor das saídas de caixa decorrentes de pagamento de despesas é:

- a) 3.700.000
- b) 3.920.000
- c) 4.150.000
- d) 4.500.000
- e) 4.720.000

29- No período de 2000 os pagamentos efetuados pela empresa aos fornecedores foram no valor de:

- a) 18.005.000
- b) 17.935.000
- c) 16.705.000
- d) 14.535.000
- e) 13.385.000

30- Das operações listadas a seguir, indique aquela que não tem como consequência alteração nas disponibilidades.

- a) diminuições de financiamentos por amortizações
- b) novos investimentos de longo prazo
- c) aumento de imobilizados por reavaliações
- d) créditos concedidos a coligadas e controladas
- e) operações com debêntures conversíveis em ações

31- A elaboração das demonstrações contábeis é de responsabilidade

- a) do auditor independente
- b) da administração
- c) do auditor interno
- d) do contador
- e) do conselho fiscal

32- De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, a continuidade normal das atividades da entidade auditada compreende o período de um ano após

- a) a data da assembléia de acionistas.
- b) a emissão do parecer dos auditores.
- c) a publicação das demonstrações contábeis.
- d) a data das demonstrações contábeis.
- e) o último dia da visita dos auditores.

33- De acordo com a Resolução CFC nº 910/01, o objetivo da revisão pelos pares de auditoria é a

- a) revisão interna das práticas de auditoria aplicadas por sócios de outros escritórios da mesma empresa de auditoria.
- b) avaliação dos procedimentos adotados pelos auditores, com vistas a assegurar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.
- c) revisão dos procedimentos e técnicas adotadas pelas empresas de auditoria que suportaram a emissão do parecer.
- d) avaliação das práticas e das estimativas contábeis adotadas pelos auditores que suportaram a emissão do parecer.
- e) revisão das políticas internas adotadas pelas empresas de auditoria na segregação de outros tipos de serviços prestados.

- 34- Uma revisão limitada, em face do caráter restrito de seu alcance, não possibilita ao auditor condições de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Essa limitação refere-se a:
- a) avaliação de risco de auditoria, controles internos e sistemas de informações contábeis da empresa.
 - b) avaliação de controles internos e inadequado controle do sistema de informações contábeis.
 - c) falta de planejamento adequado e da adequada avaliação dos controles internos da empresa.
 - d) falta de conhecimento suficiente das estratégias e das atividades operacionais da empresa auditada.
 - e) avaliação dos sistemas de controles internos e testes nos registros contábeis na extensão necessária.
- 35- Quando um auditor independente utiliza relatórios elaborados pelos auditores internos para concluir seus trabalhos nas áreas de estoques e imobilizado, a responsabilidade do parecer
- a) deve ser compartilhada com a administração da empresa.
 - b) deve ser compartilhada com o auditor interno.
 - c) é do auditor interno, se os estoques forem relevantes.
 - d) é única e exclusiva do auditor independente.
 - e) é do auditor independente, porém de forma limitada.
- 36- A possibilidade de o auditor vir a emitir um parecer que contenha opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas denomina-se:
- a) Risco de auditoria
 - b) Risco do controle
 - c) Risco inerente
 - d) Risco esperado
 - e) Risco de detecção
- 37- Indique o componente abaixo que não está relacionado com a estrutura de controle interno de uma entidade.
- a) Controle das atividades
 - b) Informação e comunicação
 - c) Risco de auditoria
 - d) Monitoração
 - e) Avaliação de risco
- 38- Quando os produtos que estão sendo vendidos pela empresa auditada estão sujeitos a alterações significativas de preços, o auditor deve considerar:
- a) aumento de risco inerente.
 - b) redução de risco de controle.
 - c) aumento de risco de detecção.
 - d) redução de risco inerente.
 - e) aumento de risco de controle.
- 39- Quando um auditor eleva o nível de risco de controle, porque determinados procedimentos de controle do cliente mostraram-se ineficientes, ele deve:
- a) aumentar o nível de risco inerente.
 - b) estender os testes de controle.
 - c) aumentar o nível de risco de detecção.
 - d) efetuar testes alternativos de controle.
 - e) aumentar o nível de testes substantivos.
- 40- Os testes substantivos de auditoria dividem-se nas seguintes categorias:
- a) testes de eventos subsequentes e testes de transações e saldos
 - b) testes de observância e testes de circularização de saldos
 - c) testes de amostragem estatística e procedimentos de revisão analítica
 - d) testes de observância e testes de amostragem estatística
 - e) testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica

- 41- Quando a administração de uma entidade solicita, por carta postal, aos seus clientes que respondam diretamente aos seus auditores independentes, caso não concorde com o saldo em aberto informado, numa determinada data, tem-se uma circularização:
- branca
 - preta
 - positiva
 - negativa
 - atestatória
- 42- Durante a fase de testes de observância, o auditor constatou algumas imperfeições no ciclo de compras e foi necessário aumentar o nível de risco de detecção. Assim, pode-se afirmar que o auditor deve:
- aumentar os testes de controle.
 - diminuir os testes substantivos.
 - aumentar os testes substantivos.
 - diminuir os testes de controle.
 - manter os testes substantivos.
- 43- No momento da circularização de advogados da empresa auditada, o objetivo do auditor é
- identificar todos os compromissos.
 - questionar os ativos e passivos contingentes.
 - identificar todos os passivos contingentes.
 - questionar as chances de sucesso das ações.
 - identificar os valores a serem divulgados.
- 44- O responsável pela auditoria independente do Grupo Niscau S/A deparou-se com a seguinte situação: ao requisitar os trabalhos de outros auditores de coligadas e controladas do Grupo Niscau, foi comunicado que os trabalhos desses outros auditores não seriam disponibilizados. Nesse caso, o procedimento a ser efetuado pelo auditor é
- emitir um parecer com ressalva.
 - aplicar procedimentos adicionais suficientes.
 - emitir um parecer com abstenção de opinião.
 - incluir um parágrafo de ênfase na opinião.
 - justificar a limitação de escopo.
- 45- Como resposta a uma circularização de advogados, o auditor recebeu a seguinte resposta de um dos advogados da empresa auditada: o valor da ação, contra nosso cliente é 100.000 reais, e a expectativa de perda é remota. Baseado no julgamento do advogado, a posição do auditor é que a empresa
- contabilize o valor total da ação e adicione uma nota explicativa.
 - contabilize o valor parcial da ação e adicione uma nota explicativa.
 - contabilize o valor parcial da ação sem uma nota explicativa.
 - não contabilize o valor da ação e não inclua nota explicativa.
 - não contabilize o valor da ação e adicione uma nota explicativa.
- 46- Durante o acompanhamento de um inventário físico de estoques, o auditor deve efetuar o *cut-off* para:
- determinar o momento em que os registros contábeis auxiliares, bem como os documentos com eles relacionados, refletem o levantamento do inventário.
 - comprovar que efetivamente todos os itens a serem inventariados estão adequadamente acondicionados no almoxarifado da empresa.
 - determinar o momento em que as três últimas compras e as três últimas vendas de mercadorias ocorreram durante o inventário.
 - comprovar que os procedimentos adotados pela administração para a contagem de estoques são adequados às práticas usuais.
 - comprovar que os documentos de compras de mercadorias estão suportados por documentação suporte às necessidades da empresa.

47- Um assistente de auditoria foi designado para acompanhar a contagem física de lingotes de alumínio nas instalações da Alumiar S/A. Ao chegar no local, foi atendido pelo engenheiro responsável e gerente de contabilidade, quando então foi convidado para conhecer o lugar onde estavam empilhados os lingotes. Retornando ao escritório, tratou logo de efetuar o *cut-off* das movimentações de mercadorias.

No pátio da empresa, o engenheiro comunicou que a primeira pilha de lingotes referia-se a alumínio de 95% de pureza, a segunda pilha referia-se a alumínio de 50% de pureza, e a terceira 25% de pureza.

O procedimento de contagem foi efetuado como o auditor havia previsto. No entanto, retornando ao seu escritório, o auditor passou a refletir: "será que aquele produto era realmente alumínio e com os percentuais de pureza que me informaram?"

Indique qual o procedimento que o auditor deveria ter efetuado para que essa dúvida fosse esclarecida.

- a) Contactar um outro auditor mais experiente da empresa e pedir sua presença imediata para auxiliar no acompanhamento do inventário.
- b) Pedir ao engenheiro presente no local do inventário que emita um certificado atestando os percentuais de pureza de cada pilha.
- c) Retirar amostras de cada pilha de lingotes de alumínio para que sejam enviadas posteriormente para certificação por um profissional independente.
- d) Interromper a contagem dos lingotes de alumínio e relatar que, por não conhecer o produto, o saldo de estoques deve ser ressalvado.
- e) Acompanhar os procedimentos de contagem e relatar que, por não conhecer suas características, o saldo de estoque deve ser ressalvado.

48- Durante o trabalho final de auditoria, o auditor identificou algumas diferenças numéricas em determinadas áreas testadas. Assinale, entre os pontos relacionados abaixo, o de maior relevância.

- a) Diferença de 2% no valor da depreciação anual do imobilizado.
- b) Ausência de apropriação *pro-rata temporis* de receita financeira.
- c) Diferença de 5% no valor da provisão para devedores duvidosos.
- d) Ausência de contratos de seguros dos veículos e caminhões.
- e) Diferença de 5%, considerado imaterial, de conciliação bancária.

49- A Cia. Miudezas vende, em média, 70% de seus produtos a prazo e possui cerca de 5 mil clientes. O perfil de seus clientes é o de pessoas que possuem renda familiar de até 10 salários mínimos. Na análise da constituição de provisão para devedores duvidosos do saldo de clientes da Cia. Miudezas, o auditor deve

- a) circularizar um percentual significativo de clientes, questionando quanto à posição em atraso e suas justificativas.
- b) analisar individualmente o máximo possível a carteira de clientes da empresa e tirar suas conclusões pessoais.
- c) segregar a carteira de clientes em função de períodos de contas vencidas, medindo tendências e probabilidades de perdas.
- d) efetuar testes globais sobre o saldo de clientes, uma vez que as perdas efetivas do setor variam de 5 a 10 % das vendas.
- e) estabelecer um valor adicional de provisão para cobrir perdas prováveis, de modo que não afete o fluxo de caixa projetado.

50- O risco de amostragem em auditoria nos testes de procedimentos de comprovação pode ser assim classificado:

- a) subavaliação e superavaliação da confiabilidade.
- b) aceitação incorreta e superavaliação da confiabilidade.
- c) superavaliação da confiabilidade e rejeição incorreta.
- d) rejeição incorreta e subavaliação da confiabilidade.
- e) rejeição incorreta e aceitação incorreta.

- 51- O risco que o auditor corre por considerar, como resultado de uma amostra que suporte sua conclusão, que o saldo de uma conta ou classe de transações registradas estão relevantemente corretos, quando de fato não estão, é denominado:
- risco de aceitação incorreta
 - risco de superavaliação de confiabilidade
 - risco de rejeição incorreta
 - risco de subavaliação de confiabilidade
 - risco de estimativa contábil
- 52- O auditor deve reavaliar o risco de amostragem quando o:
- erro tolerável excede os erros da população.
 - risco de controle excede o risco de rejeição.
 - erro da população excede o erro tolerável.
 - risco de aceitação excede o de rejeição.
 - erro tolerável excede o risco de detecção.
- 53- Ao determinar o tamanho de uma amostra, o auditor deve considerar:
- tamanho da população, risco de amostragem e erro esperado.
 - tamanho da população, erro tolerável e erro esperado.
 - risco da população, risco de controle e erro esperado.
 - risco de amostragem, erro tolerável e erro esperado.
 - risco de detecção, tamanho da população e desvio aceitável.
- 54- O fato de a administração se recusar a fornecer uma declaração que o auditor considere necessária constitui uma limitação de alcance. Nesse caso, o auditor deve expressar um(a):
- parecer com ressalva ou com abstenção de opinião.
 - parágrafo de ênfase ou abstenção de opinião.
 - negativa de opinião ou com parágrafo de ênfase.
 - parecer de incerteza ou com abstenção de opinião.
 - parecer com ressalva ou com parágrafo de ênfase.
- 55- Quando o auditor vier a emitir uma ressalva em decorrência do relatório de um especialista ou de suas conclusões, esse especialista
- deve ser identificado no parecer para suportar o motivo da ressalva.
 - com seu consentimento pode ser identificado no parecer.
 - deve ser identificado no parecer para dividir as responsabilidades.
 - não deve ser identificado no parecer por questões éticas.
 - não deve ser identificado no parecer por questões técnicas.
- 56- A responsabilidade do auditor independente sobre as demonstrações contábeis é até
- a data base das demonstrações contábeis.
 - o último dia de serviço da equipe de campo.
 - a data de assinatura do parecer de auditoria.
 - a data da carta de responsabilidade da administração.
 - a data de publicação das demonstrações contábeis.
- 57- A "ABC" Auditores Independentes é contratada pela Cia. Petróleo S/A para efetuar a primeira auditoria da empresa do período findo em 31/12/X1. Como os valores relativos ao exercício anterior devem ser apresentados comparativamente, o procedimento da "ABC" em seu parecer de auditoria, quanto aos números de 31/12/X0, deve ser o de incluir uma
- ressalva após o parágrafo de opinião.
 - nota explicativa após o parágrafo de opinião.
 - ressalva antes do parágrafo de opinião.
 - abstenção antes do parágrafo de opinião.
 - abstenção depois do parágrafo de opinião.
- 58- A ABC Auditores, após seus trabalhos e na véspera de emitir seu parecer sem ressalvas da Cia. Beta, recebe um comunicado que a matriz da Cia. Beta requereu concordata. Diante desse fato, a ABC Auditores deve emitir:
- Parecer com ressalva
 - Parece adverso
 - Parecer com abstenção de opinião
 - Parecer de continuidade
 - Parecer sem ressalva

59- O auditor independente foi contratado apenas para opinar sobre o balanço patrimonial da empresa "ABC". O auditor não encontrou nenhuma restrição ao acesso de informações e registros, e todos os procedimentos julgados necessários foram efetuados. Nesse caso, o trabalho do auditor caracteriza-se

- a) pela extensão limitada de seu objetivo.
- b) pelo objetivo limitado de seu trabalho.
- c) pela abstenção de outros demonstrativos.
- d) por uma ressalva de escopo.
- e) pela limitação de escopo.

60- O objetivo final de uma revisão especial das informações trimestrais pelo auditor é o de habilitar esse profissional a

- a) declarar que ele não tomou conhecimento de qualquer modificação relevante que deverá ser feita nas informações trimestrais.
- b) declarar que os valores relevantes apresentados nas informações trimestrais estão de acordo com os princípios contábeis.
- c) emitir um parecer de que os valores apresentados estão de acordo com uma base conceitual reconhecida legalmente.
- d) emitir um parecer de que as informações trimestrais estão suportadas por controles internos regularmente revisados.
- e) declarar que os valores apresentados trimestralmente estão suportados por documentação hábil e comprobatória.